ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

A REGULAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Aderbal Junio Lopes Costa
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) tem transformado diversas áreas, incluindo o direito, trazendo novos desafios e oportunidades. O Brasil ainda está em processo de regulamentação sobre o uso de IA, e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) já trata de aspectos de proteção de dados pessoais relacionados ao uso dessas tecnologias. Além disso, o PL 21/2020 busca estabelecer uma regulamentação específica para o uso de IA, tratando de princípios éticos e da responsabilidade sobre suas decisões. Este trabalho analisa as atuais discussões sobre o uso de IA no Brasil e a necessidade de uma regulamentação que contemple aspectos éticos, sociais e jurídicos.

Objetivo

Analisar a regulamentação do uso de Inteligência Artificial no Brasil, com ênfase nas questões éticas e de proteção de dados pessoais.

Material e Métodos

A pesquisa desenvolvida possui natureza qualitativa, com ênfase na análise crítica e interpretativa da Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como do Projeto de Lei nº 21/2020, que visa estabelecer fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da Inteligência Artificial no Brasil. Para subsidiar a investigação, foram utilizadas fontes secundárias, como livros, artigos científicos, pareceres jurídicos e publicações acadêmicas especializadas nos campos da inteligência artificial, proteção de dados e direito digital. A metodologia adotada priorizou a reflexão sobre os impactos da IA nos direitos fundamentais, com especial atenção às decisões judiciais e manifestações doutrinárias que abordam os riscos, desafios e oportunidades advindos da utilização de sistemas automatizados. O estudo buscou compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem respondido às transformações tecnológicas à luz da dignidade da pessoa humana.

Resultados e Discussão

O artigo 20 da Lei nº 13.709/2018 — a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — garante aos titulares

de dados o direito à revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado, incluindo aquelas que afetam seus interesses de forma significativa, como decisões relacionadas a crédito, contratação ou acesso a serviços. Tal dispositivo estabelece um importante limite ético e jurídico à atuação de sistemas baseados em inteligência artificial, exigindo mecanismos de revisão humana e maior transparência nos processos automatizados. Em consonância com essa preocupação, o Projeto de Lei nº 21/2020, que busca regulamentar a Inteligência Artificial no Brasil, também destaca a importância da transparência algorítmica e da explicabilidade das decisões tomadas por sistemas automatizados. Contudo, o referido projeto enfrenta importantes desafios normativos.

Conclusão

A regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil ainda se encontra em estágio embrionário, com propostas legislativas em discussão, como o PL 21/2020. No entanto, é imprescindível que o ordenamento jurídico brasileiro evolua de forma célere e eficaz, acompanhando o ritmo acelerado da inovação tecnológica. Essa atualização normativa é essencial para assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, promovendo segurança jurídica, ética e responsabilidade no uso da IA.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
BRASIL. PL nº 21/2020. Projeto de Lei sobre Inteligência Artificial.
SANTOS, Luciana. Direitos Humanos e Inteligência Artificial: Desafios Éticos. São Paulo: Atlas, 2023.
MARTINS, Eduardo. A Regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil. Curitiba: Juruá, 2024.